

## ***PARTICIPAÇÃO POPULAR NO BRASIL: um conceito em construção***<sup>1</sup>

***Luciana Silva do Nascimento***

Professora do Departamento de Letras e Educação  
Universidade Estadual da Paraíba/CH/Brasil  
Email:lucnasci@terra.com.br

### **Introdução**

O texto não pretende expor uma pesquisa aprofundada sobre a temática em questão, mas um ensaio discursivo em que se objetiva apresentar alguns elementos que devem ser considerados na construção do conceito de Participação Popular (PP) no Brasil, no que se refere à contribuição dos movimentos sociais populares ao mesmo<sup>2</sup>. Tais elementos são fundamentais para a análise do fenômeno, bem como, polarizam a discussão desde sua história contextual e o próprio desenvolvimento das experiências de PP através dos instrumentos propostos na política recente do país. Iniciamos o texto com breves considerações sobre a forma como os movimentos sociais foram se constituindo no Brasil.

#### **a) A participação forjada na luta dos movimentos sociais populares**

A experiência brasileira de movimentos sociais populares se constitui como uma resposta em forma de resistência aos vários regimes políticos – governamentais impostos à

---

<sup>1</sup> Existe uma discussão em torno do significado da denominação *participação popular* essa expressão é compreendida como algo que envolve a contribuição dos segmentos populares e suas organizações, mas também é utilizada pelos vários governos para referirem-se à políticas e programas governamentais que apesar de receberem a denominação *popular*, em alguns casos não envolve a participação popular em sentido decisório. Assim, na tentativa de melhor definir o termo, Teixeira (2001, p.30) propõe a denominação conceitual de *Participação Cidadã*, “como exercício da cidadania ativa (...) processo complexo e contraditório entre sociedade civil, Estado e Mercado, em que os papéis se redefinem pelo fortalecimento dessa sociedade civil mediante a atuação organizada dos indivíduos, grupos e associações”. Apesar de compreendermos os limites da terminologia, optamos pela mesma, pois no nosso entendimento se apresenta como um termo mais conhecido e debatido e neste ensaio está sendo usada (a participação popular) com o mesmo significado de participação cidadã apresentado pelo autor citado.

<sup>2</sup> Tais reflexões estão baseadas na minha experiência junto aos movimentos populares durante o período de 1985 à 2004 e atualmente no movimento ambientalista através de uma ONG como voluntária. A teorização que fundamenta o ensaio se deu, sobretudo, na formação em nível de Pós-Graduação (Especialização e Mestrado) na linha de pesquisa educação e movimentos sociais do PPGE-UFPB. Além de recentemente (2009-2010) ter coordenado uma pesquisa sobre o processo de construção do Plano Diretor Participativo (PDP) na cidade de Guarabira/PB, onde se diagnosticou a importante contribuição dos movimentos sociais locais na elaboração do PDP e sua aprovação no ano de 2006.

população ao longo dos séculos. Dominação colonizadora que envolveu desde os aspectos econômicos, políticos, ideológicos até os aspectos religiosos, educativos e culturais.

A história contada e registrada ao longo dos séculos em documentos oficiais, na imprensa e mídia nacional, inclusive nos livros didáticos, sempre privilegiou o relato dos que dominavam socialmente. Seu ponto de vista e suas práticas (autoritárias e excludentes) sempre foram sinônimo do modelo a ser seguido à risca pela população dominada. O país da *ordem e do progresso, pois sabe que um filho seu não foge à luta, (...) e dos filhos deste solo é mãe gentil*<sup>3</sup>, nem sempre reconhece seus filhos, muito menos os mais pobres e marginalizados. A participação desses *filhos* sempre foi proposta no sentido de obediência aos regimes governamentais totalitários (antidemocráticos) e sua atuação organizada sempre foi caracterizada como atuação criminosa, de bandidos, foras da lei, a quem a mãe pátria deveria punir severamente para que servissem de exemplo aos pretensos seguidores dos movimentos revolucionários ou do movimento *subversivo e perigoso*.

Os Movimentos Sociais Populares ao longo do tempo estiveram à mercê de uma construção política ideológica eurocêntrica e norte-americana, de que estavam encampando ações contrárias ao desenvolvimento do país, ao suposto *progresso*. Mas podemos nos perguntar, progresso para quem, para os brasileiros? Ou para o capitalismo internacional e seus aliados nacionais? Via de regra, esses aliados sempre foram o grande latifundiário, o empresariado, as elites e seus aliados políticos.

Isso fica claro e deve ser considerado na própria escravidão no Brasil e suas conseqüências como um elemento fundamental para a análise e de vital importância para a organização de movimentos sociais, principalmente os do início do século XX. A escravidão imprimiu ao trabalhador escravo, o não reconhecimento da sua condição de produtor das riquezas do país. O trabalho diuturno em troca de comida e dormida e as duras penas impostas aos desobedientes caracterizaram de forma ímpar a configuração do segmento dos trabalhadores, característica essa que marcou não só a classe trabalhadora do início do século XX, mas quase todos os processos sociais brasileiros.

As características de uma sociedade predominantemente ruralista, clientelista e tradicionalmente privatista, imprimiu e deu o tom aos embates entre Estado e sociedade civil durante os primeiros quatro séculos da história.

As reminiscências dessa tradição observam-se até os dias atuais quando ainda, verificam-se práticas trabalhistas advindas do Brasil Colônia/Império. Essas relações

---

<sup>3</sup> Adaptado do Hino Nacional Brasileiro, Letra de Joaquim Osório Duque Estrada e Música de Francisco Manuel da Silva. Disponível em [http://pt.wikipedia.org/wiki/Hino\\_Nacional\\_Brasileiro](http://pt.wikipedia.org/wiki/Hino_Nacional_Brasileiro)>. Acesso em:29/06/2011.

estabelecidas numa cultura de extrema dominação e violência fragilizaram durante muito tempo a organização dos trabalhadores e suas reivindicações. Kowarick (1987, p.99,107-108) relata,

Era comum nos cafezais a prática de multas ou espancamentos aplicados a trabalhadores que fugiam às duras regras impostas pelos proprietários. Ademais, os colonos eram obrigados a comprar nas vendas das fazendas, pagando mais caro pelos gêneros adquiridos; imperavam também as práticas de diminuir os preços dos produtos por eles cultivados, seu confisco, a alteração das medidas, a protelação ou não do pagamento do salário. *Desprovido de organizações e no contexto de um sistema judiciário que sistematicamente favorecia as regras de domínio dos potentados rurais, o trabalhador não poderia fazer valer os seus direitos.*(grifo nosso) (...) o contingente negro e mulato, durante várias décadas do século XX, ficaria realizando tarefas as mais desprezadas, e no mais das vezes, pior remuneradas. Mais ainda: particularmente sobre eles continuava a desabar a pecha de emprestáveis para o trabalho.

As principais organizações dos negros no Brasil Colônia, se deram em torno dos quilombos e da religião nas chamadas irmandades<sup>4</sup>, onde de forma assistencial se estabelecia a ajuda necessária aos que passavam por algum tipo de dificuldade<sup>5</sup>. Podemos enumerar vários movimentos e lutas sociais no período, com destaque para o Movimento Abolicionista (1878-1888), Revolta de Canudos (1874-1897), Movimento Republicano (1880-1889).

No século XX, as lutas e movimentos sociais irão adquirir aos poucos o caráter urbano, principalmente nas regiões em que a industrialização e a urbanização se configuraram de forma mais incisiva. De acordo com o estudo das sociólogas, Costa; Pordeus (1998) *apud* Nascimento (2003,p.29), “Em cinqüenta anos, nos transformamos de sociedades rurais em sociedades urbanas, uma transformação que não foi acompanhada pela capacidade do Estado de planejar o crescimento e suprir as demandas por serviços públicos básicos”.

O processo migratório de estrangeiros para o Brasil e a migração inter-regional provocaram fortes reflexos na urbanização e no crescimento das cidades brasileiras. Para Rolnik (et al, 1999) “De 1940 a 1980, a população urbana passa de 26,35% do total para 68,86%. No final desse período, quarenta milhões de pessoas (33,6% da população) haviam migrado para a cidade...”. Atualmente segundo dados do IBGE (2010), mais de 80% da população brasileira residem nas cidades.

<sup>4</sup> “A irmandade representava um espaço de relativa autonomia negra, no qual seus membros em torno das festas, assembléias, eleições, funerais, missas e da assistência mútua construíam identidades sociais significativas, no interior de um mundo às vezes sufocante e sempre incerto. A irmandade era uma espécie de família ritual, em que africanos desenraizados de suas terras viviam e morriam solidariamente. Idealizadas pelos brancos como um mecanismo de domesticação do espírito africano, através da africanização da religião dos senhores, elas vieram a constituir um instrumento de identidade e solidariedade coletivas”. (REIS, 1996, p.4)

<sup>5</sup> Para maiores informações sobre a história dos movimentos do século XIX ao século XX, consultar GOHN (1995).

Os movimentos sociais do século XX predominantes durante os anos 30 e 60, serão de operários imigrantes de inspiração anarquista e socialista, junto com o campesinato e os movimentos urbanos dos mais variados, movimentos ligados à cultura e à educação também ganharão destaque no cenário nacional, a exemplo da Associação Brasileira de Educação (ABE), e dos movimentos de cultura e educação popular do qual emerge o teórico e educador Paulo Freire, dos partidos de esquerda marxista e das Comunidades Eclesiais de Base dentro da Igreja Católica com teorização na Teologia da Libertação, que serão importantes sujeitos na construção de espaços, canais de participação popular e de um debate público na luta pela garantia de direitos.

No entanto, a permanência de velhas práticas habituais nas relações ruralistas predominante em épocas anteriores não foi esquecida, na opinião de Carvalho (2011);

Estes movimentos sofrem, principalmente nos anos 30 a 60, fortes pressões cooptadoras por parte de partidos políticos, de parlamentares e governos que buscam instrumentalizá-los e submetê-los a seus interesses e diretrizes. Esse período, conhecido na história do Brasil como populismo, caracteriza-se pelas relações clientelistas, de tutela, de concessão de favores, como a forma principal de relação entre Estado e Sociedade. As relações autoritárias, clientelistas, paternalistas, de compadrio e de favor, já eram, no entanto, fortemente enraizadas na tradição política brasileira do 'coronelismo' e em toda gama de relações promíscuas entre o público e o privado. Por isso, pode-se dizer que, no Brasil, nunca se constituiu um Estado 'público', claramente dissociado do privado. (grifos da autora)

Mediante a ditadura militar que durou 21 anos (1964-1985), destacamos com ênfase a participação do Movimento Estudantil pela redemocratização do país. Os *anos de ferro* comprometeram todo um processo de construção da identidade social brasileira e todos os canais de diálogo entre o Estado e a sociedade civil. Mesmo aqueles mantidos de forma clientelista pelo populismo getulista e pelo nacional desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek.

No período de 1975 a 1982, o regime militar perde gradativamente sua força em decorrência do avanço da crise econômica e do fim do milagre desenvolvimentista instalado no país desde o governo de Juscelino nos anos 50. Neste cenário, entram em ação novos movimentos sociais, principalmente os de caráter urbano fruto das lutas populares nas periferias (KOWARICK:1993). Diferentemente das lutas anteriores com foco no processo de produção, estes se voltaram não apenas para o imaginário coletivo. Valorizando também a subjetividade e valores ligados à afetividade, o que garantiu a formação de novos atores sociais a exemplo: do movimento da moradia, o movimento feminista, o movimento de

negros, a luta por serviços públicos educação, saúde, transporte, dos sem terra, dos sem teto etc.

Na opinião de Gohn (1995) entrou em cena nesse período as frentes de oposição, as lutas populares nas periferias urbanas, diversificando a formação de novos atores e movimentos sociais. Cresceram nessa fase: a pastoral da Terra, a luta pela Anistia, o movimento sindical combativo, o movimento estudantil, o movimento de professores e outras categorias profissionais por serviços públicos (educação, saúde, transporte, creche, o Movimento dos Sem Terra (MST), o da Moradia, entre outros) e as centrais sindicais.

No período de 1982 a 1995, o país conquista o retorno à democracia, através do movimento das Diretas Já, o movimento pela Constituinte e o movimento pela Ética na política. Na década de 80, a pressão vinda das populações urbanas excluídas, através das organizações reivindicatórias, fortaleceu os movimentos sociais urbanos trazendo como destaque a luta pelos direitos coletivos, sociais, econômicos e culturais. Os novos movimentos sociais dos anos 80 e 90 ampliaram a ênfase para as questões sociais, culturais e subjetivas. Surgiram e se consolidaram nesta conjuntura, além dos movimentos feminista, contra o preconceito racial e étnico, o Movimento de Luta pela Moradia (MNLN), o Movimento contra a Carestia, o Movimento de Educação de Base (MEB), o Movimento de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), os movimentos solidários: Ação da Cidadania, Contra a Fome e a Miséria, Pela Vida, lutas cívicas e movimentos nacionalistas, lutas e movimentos pelas questões ambientais, (GOHN:1995).

Os novos movimentos sociais urbanos, trataram de enfatizar a subjetividade, trabalhando com questões do dia a dia e não apenas com a tomada de poder. Considerou-se que era necessário unir o micro e o macro. Fundamentalmente, estes novos movimentos introduziram “*um estilo de organizar a comunidade local, de uma maneira completamente distinta*” (GOHN:1997).

Durante os anos 90 e início do século XXI, os obstáculos se tornaram maiores e mais desafiadores. O mundo globalizado, as transformações desenvolvidas pela reorganização capitalista e a revolução tecnológica proporcionaram mudanças tão rápidas e em alguns casos irreversíveis que se chegou a falar em *fim da história*. O Brasil não fugiu à regra dos demais países emergentes e adentrou no turbilhão de acontecimentos mundiais e locais. No entanto, se por um lado, o discurso era de um mundo unificado, por outro, essa unificação não previa a inclusão de todos os habitantes (seres vivos) do planeta, muito pelo contrário, desencadeou níveis altíssimos de exclusão mundial ao ponto da sociedade civil organizada ter que repensar

suas bases e práticas educativas e de mobilização já adquiridas ao longo das experiências anteriores.

Destacamos que muitas conquistas das lutas sociais se viram ameaçadas e algumas organizações representativas, principalmente de trabalhadores passaram por fortes crises e reconfigurações, a exemplo dos sindicatos. A sociedade de base neoliberal diminuiu o papel do Estado na oferta das políticas públicas, criou agências reguladoras e fortaleceu nas relações sociais o segmento denominado Terceiro Setor, que em grande parcela é representado pelas Organizações Não Governamentais (ONGs). Estabeleceu-se um diálogo muito mais institucional, ao qual os movimentos populares não estavam habituados, nem conheciam. Essa nova realidade exigiu propostas de espaços e canais de diálogo antes inexistentes e agora são previstos em lei. Exigiu também o diálogo entre instituições: o Estado representado pelo governo e suas agências, o Mercado, e a sociedade civil representada nesse modelo pelo Terceiro Setor.<sup>6</sup>

#### **b) A participação popular e seus instrumentos pós 1988**

No Brasil, a Constituição de 1988, trouxe em seu texto inúmeras colaborações dos movimentos sociais organizados. De certa forma, o texto constitucional representou muitos dos anseios populares e estes foram incorporados ao texto da Carta Magna. Houve uma explosão da vontade por liberdade e democracia dos brasileiros silenciada durante os vinte e um anos de ditadura. Em seu Capítulo II – Dos Direitos Sociais, Art. 6º a Constituição prevê e assegura que: *“São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”*.

A participação dos cidadãos também ganha destaque no texto constitucional como relata Carvalho (2011), “Esta ‘Constituição Cidadã’ prevê a participação direta dos cidadãos através dos chamados institutos de democracia direta ou semi-direta como o plebiscito, o referendo, a iniciativa popular de lei, as tribunas populares, os conselhos e outros canais institucionais de participação popular”. Além desses institutos, a Constituição estimula a formação de associações, prevê a ação popular (CF/88, Art. 5º, LXXIII), as audiências

---

<sup>6</sup> Não é nosso objetivo avaliar o papel do terceiro setor nesse artigo, inclusive por se tratar de um conceito amplo e que engloba vários tipos de organizações da sociedade civil organizada. Consultar sobre o assunto Gohn(1997), Landim (1999), Teixeira (2001).

públicas, as consultas públicas, o direito de petição (CF/88, Art.5º.,XXXIII) e o direito de informação junto aos órgãos públicos (CF/88 Art. 5º., XXXIII). (BRASIL, CF, 2011)

Os Movimentos sociais populares e a sociedade civil organizada também inovaram nos anos 90 com a proposição de novas leis como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) , a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e em 2001 com o Estatuto da Cidade.

Do ponto de vista legal, as garantias são muitas, o problema está na aplicabilidade da lei e nas interpretações jurídicas as mais variadas. A própria opinião pública que na maioria dos casos desconhece a legislação vigente acaba culpabilizando a lei, disseminando a idéia em seu contraponto. Ou seja, ao invés de ser uma lei que foi feita pra proteger os desassistidos sociais, como é o caso do ECA, a população dentro de um senso comum, passa a acreditar que o Estatuto foi feito para proteger e acobertar *criminosos mirins*.

Outros instrumentos fazem parte deste cenário participativo, alguns integrantes das práticas dos movimentos sociais como Fóruns, Assembléias Populares, Conselhos populares, Conferências, Plenárias etc. E aqueles ligados ao poder público e institucionalizados, dentre os quais, destacamos: Os Conselhos Gestores, Orçamento Participativo/Democrático (experiência desenvolvida principalmente nas gestões do Partido dos Trabalhadores - PT). Acrescentamos ainda as experiências das próprias ONGs, como organizações institucionalizadas e que também estão presentes atuando em nível nacional na construção do conceito de participação popular e no controle social, em particular, aquelas de história comprometida com as lutas populares<sup>7</sup>.

Vale a pena salientar que dentro da política neoliberal a *participação* também é prevista, como forma de isentar e diminuir gastos do poder público com as políticas sociais. No Brasil, isso tem sido muito difundido em programas ligados a grandes empresas nacionais, como é o caso do Amigo da Escola e da Ação Global.

Diante do cenário apresentado, é possível afirmar a importância e o papel dos movimentos sociais populares na ampliação da esfera pública e na construção do espaço público<sup>8</sup> no Brasil, além da contribuição ao conceito de participação, expandindo a concepção

---

<sup>7</sup> Em nível nacional, damos especial destaque ao trabalho das seguintes ONGs: Federação de órgãos para a Assistência Social e Educacional (**FASE**), Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (**Pólis**) e a extinta **ANSUR** (Articulação Nacional do Solo Urbano) que desempenharam e desempenham importante papel na assessoria e na proposição de canais de participação popular na gestão das políticas públicas no Brasil, entre outras.

<sup>8</sup> Seguimos em relação aos conceitos apresentados o entendimento apresentado por Teixeira (2001,p 46-47), onde o mesmo esclarece: “Na instância mediadora-*esfera pública* – também se produz visibilidade e as ações e atores devem aparecer, até porque a sociedade como um todo deve conhecer e debater as questões e mobilizar-se para que propostas sejam aceitas pelos agentes do Estado. De igual maneira, na outra instância- *espaço público*- realizam-se debates, negociações, entre os diversos atores, para que se formulem as propostas a serem apresentadas na instância da *esfera pública*”.

de público com participação popular, apesar de todos os desafios impostos pelas diversas conjunturas ao longo do tempo. Assim, o conceito de *participação* na experiência brasileira não se constitui com o mesmo significado para os diversos atores que o reivindicam, apóiam e constroem, apesar de nas últimas décadas, o termo e suas acepções terem sido usados tanto pela sociedade civil como pelo Estado, numa expressão conjunta as designações de democracia, parceria, transparência, co-gestão, descentralização, controle social etc.

### c) O papel da Universidade no fortalecimento dos movimentos populares

A Universidade no Brasil é uma instituição do século XX, apesar das primeiras faculdades datarem da época colonial, após a chegada da família real em 1808. A sua trajetória se inter-relaciona com o contexto estrutural e conjuntural brasileiro e mundial no tocante à educação, à construção de saberes e do conhecimento científico. Dessa forma, reflete os conflitos e embates travados fora de seus muros. Por outro lado, enquanto espaço educativo e político numa perspectiva freireana, comporta a possibilidade do diálogo e da transformação de suas práticas pedagógicas.

Sendo assim, a universidade brasileira através do tripé acadêmico, *ensino, pesquisa e extensão* tem colaborado de forma efetiva com as experiências e projetos formativos dos movimentos sociais populares e das organizações outras de cunho popular. Esta colaboração tem se efetivado através de projetos de cunho extensionista, projetos de formação, pesquisas em regime de cooperação, cursos de graduação direcionados aos movimentos sociais, especializações, linhas e grupos de pesquisa, projetos conveniados entre as universidades e os vários níveis de governos etc.<sup>9</sup>

Talvez um grande salto será trilharmos o caminho teorizado por Sousa Santos (2005), no sentido da superação das crises internas e externas e da produção de um conhecimento mais completo dentro de uma ecologia de saberes, que irá garantir à universidade a autonomia e o reconhecimento necessários para enfrentar os desafios globalizados que se apresentam. Assim, a colaboração entre universidade e sociedade será muito mais ampla e orgânica.

---

<sup>9</sup> Podemos citar o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (**Pronera**), o **Saberes da Terra** é um programa nacional de educação que proporciona qualificação social e profissional a famílias de agricultores, tendo como instrumento uma política de fortalecimento de atividades agropecuárias no sentido de melhorar a renda familiar e a ampliação do acesso e permanência de jovens e adultos no sistema formal de ensino. Todos os dois projetos em parceria entre universidades federais, estaduais e o poder público. Cf. Jezine apud Jezine; Almeida (2007).



Cabe também aos movimentos sociais buscar os diversos serviços e a cooperação da universidade no que lhe é específico, possibilitando assim o fortalecimento da própria função social dessa instituição que tanto pode contribuir para as transformações sociais em sentido emancipatório.

### **Considerações Finais**

É indiscutível a contribuição dos movimentos sociais populares à construção do conceito e das práticas de participação popular no Brasil, porém os desafios ainda são grandes e numerosos diante de nossa realidade histórica e complexa. Também não defendemos a idéia da pureza de atuação dos movimentos sociais, estes estão inseridos nessa complexa realidade e seus sujeitos são igualmente formados pela cultura majoritária e predominante.

Dentre as dificuldades enfrentadas, a construção da opinião pública e do imaginário social pela grande mídia no cenário nacional se apresenta como empecilho às práticas populares, muitas vezes, difundidas como atuação de baderneiros e foras da lei. A construção de redes de comunicação alternativas tem colaborado para a ampliação e democratização da informação em nível nacional. No entanto, esse elemento da mistificação negativa dos movimentos sociais pela *mass* mídia contribui para uma não ampliação da adesão ao discurso e às lutas populares ao longo da história brasileira e na atualidade.

Apesar dos limites e dificuldades enfrentadas ao longo do tempo, as possibilidades de melhorias das políticas públicas existem e vem se efetivando em várias áreas, desde a saúde, moradia, saneamento básico, lazer até a educação. No caso específico da educação, os movimentos sociais organizados, ONGs, Universidades e associações de classe, em particular a Campanha Nacional Pelo Direito à Educação, em muito têm colaborado para a elaboração do novo Plano Nacional de Educação em tramitação no Congresso Nacional, no qual umas das principais discussões é a ampliação do PIB Nacional para o investimento em educação, que hoje é de 5,7%, (equivalente em 2009 a R\$179,2 bilhões de reais) para 10%. Atualmente o PIB nacional é de R\$3.142 trilhões de reais<sup>10</sup>.

Há que se considerar numa perspectiva freireana que a construção do novo se dá a partir de uma experiência que está envelhecendo, sendo assim o florescimento de uma nova cultura política requer tempo, formação, diálogo, práticas participativas e democráticas. Nessa perspectiva, a história da participação popular continua....

---

<sup>10</sup> Informações repassadas pela Deputada Federal do PT do Rio Grande do Norte, Maria de Fátima Bezerra, presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara Federal, em recente programação de discussão do PNE, proposto pelo mandato popular do Deputado Federal pela Paraíba Luis Couto, em evento ocorrido na UFPB, no dia 04 de julho de 2011.

## Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília/DF:Senado Federal, 2011.

CARVALHO, Maria do Carmo. **Participação social no Brasil hoje**. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/w3/fsmrn/fsm2002/participacao\\_polis.html](http://www.dhnet.org.br/w3/fsmrn/fsm2002/participacao_polis.html) Acesso: 30-05-2011.

COSTA, F; PORDEUS; M. A busca de um desenvolvimento local sustentável: o caso do Prezeis- Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social. Proposta. Rio de Janeiro, nº 77, p. 28-32, junho/agosto, 1998. (APUD) NASCIMENTO, Luciana Silva do. **Estrategistas do urbano- educação popular na construção da vida urbana em João Pessoa/PB: a experiência do Núcleo de Defesa da Vida Dom Hélder Câmara**. 151f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB, 2003.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sócias-** a construção da cidadania dos brasileiros, São Paulo: Loyola,1995.

\_\_\_\_\_. **Teoria dos movimentos sociais** – paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

\_\_\_\_\_. **Educação não-formal e cultura política** – impactos sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo: Cortez, 1999. (Coleção Questões de Nossa Época; v.71)

JEZINE, Edineide. Movimentos sociais na universidade - troca de saberes mediados pela educação popular. In: JEZINE, Edineide; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de (Orgs.). **Educação e movimentos sociais** – novos olhares. Campinas/SP:Alínea, 2007, p. 155-167.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem-** a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 87-108.

\_\_\_\_\_. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. (Coleção Estudos Brasileiros, v.44)

LANDIM, Leilah; BERES, Neide. **Ocupações, despesas e recursos:** as organizações sem fins lucrativos no Brasil. Colaboradora: Maria Celi Scalon. Rio de Janeiro: Nau, 1999.

REIS, João José. Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 2, nº. 3, 1996, p. 7-33.

ROLNIK, Raquel; BAVA, Silvio Caccia (Orgs.). **A pobreza e o urbano no Brasil:** leituras e questões. Seminário OXFAM, Recife, 1999. (mimeografado)

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade do século XXI** – para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção Questões de Nossa Época; v.120)

TEIXEIRA, Elenaldo. **O local e o global** – limites e desafios da participação cidadã. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2001.